

economia



desvendando a economia

SANDRO MASKIO

economia@dgabc.com.br

Contas públicas municipais

Em que pese a melhoria na transparência das contas públicas nas últimas décadas, a análise destas informações requer alguns parâmetros para uma leitura qualitativa. Em tese, o detalhamento das contas governamentais possibilita observar sua dimensão na economia e as prioridades na alocação dos recursos oficiais, o que se correlaciona positivamente com as prioridades de ação das políticas públicas.

Sobe este tema, o primeiro destaque que faço é a existência de um déficit nominal persistente nas contas públicas brasileiras desde o início da apuração, na década de 1980, com raros períodos de exceção. Isso demonstra um problema estrutural crônico e/ou uma cultura de gestão insustentável das finanças do governo no Brasil.

A demanda por serviços públicos apresenta trajetória contracíclica, sendo maior em períodos de retração da economia. Isso faz com que em períodos de menor arrecadação haja demanda por mais serviços e gastos públicos, o que tende a provocar déficits orçamentários. Se de um lado a ocorrência de déficits nestes períodos é esperada, a existência de déficits orçamentários persistentes se reflete negativamente sobre a credibilidade do governo e em maior avaliação de risco por parte dos credores da dívida pública. O Brasil se encontra neste segundo caso.

No período pós 2019, diante da ocorrência da pandemia, da ampliação das despesas com serviços de saúde e os impactos da retração econômica, as contas oficiais foram afetadas negativamente. Os resultados das contas de 2022, segundo o demonstrativo de receitas e despesas trimestrais divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, demonstram déficit nominal maior do que em 2022, ainda que bem menor do que em 2020.

Municípios em alta

Em 2022, os municípios foram a única esfera de governo a apresentar resultado positivo no orçamento, em R\$ 108 bilhões, comparativamente aos Estados e ao governo central. Em relação a 2020, o resultado apresentado pelos municípios ficou R\$ 78 bilhões acima do de 2020 em termos nominais.

As receitas municipais se ampliaram de 9,89% para 10,85% do PIB entre 2020 e 2022. As despesas se ampliaram de 9,51% para 9,77% do PIB. Com a elevação mais rápida das receitas comparativamente às despesas nos últimos dois anos, a melhora no resultado agregado das finanças públicas municipais foi equivalente à 0,70 ponto percentual do PIB.

Do lado das receitas, a principal ampliação ocorreu na rubrica de transferências correntes dos governos estaduais ou federal no biênio 2020 – 2022. Do lado das despesas, o dispêndio com pessoal e encargos, que representavam 46,3% das despesas em 2020, diminuiu para 43,3% em 2022.

Os investimentos líquidos no agregado dos municípios ampliaram mais de R\$ 10 bilhões no período 2020 – 2022. Investimentos estes em capital fixo.

A aparente melhora dos resultados orçamentários municipais requer algumas ponderações. A primeira refere-se à dependência destes resultados das transferências das esferas federal e estaduais, cujo resultado se anula no agregado do poder público. Na mesma linha, a segunda ponderação refere-se ao limitado impacto do resultado das finanças públicas municipais no agregado do poder público.

De outro lado, as pessoas moram, trabalham e realizam suas atividades nos espaços econômicos dos municípios. Esta esfera de poder está mais próxima dos indivíduos, sujeita à maior pressão por demandas da sociedade. A melhora das finanças públicas municipais, com maior racionalidade e eficiências na alocação dos recursos, pode se refletir na melhora da capacidade de atuação dos governos locais.

Não que seja uma regra inequivocamente observável e infalível. A capacidade de gestão pública local, em cada contexto e realidade regional, será um diferencial para a qualidade dos efeitos que serão absorvidos pela sociedade. Tanto para o lado positivo como para o negativo.

Material produzido por Sandro Renato Maskio, coordenador de Estudos do Observatório Econômico e professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Metodista de São Paulo

REFORÇO

Governo anuncia concursos para 4.436 postos em 14 ministérios

O governo federal vai realizar concursos públicos neste ano para preencher 4.436 vagas em 20 órgãos de 14 ministérios. O impacto orçamentário anualizado das novas vagas é de R\$ 735 milhões.

Entre os critérios para a escolha dos órgãos contemplados estão o tempo sem concursos, o número de vagas já em aberto e a expectativa por novas aposentadorias nos próximos anos.

Em meio ao anúncio, na sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ligou para a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para cobrar contratações para as áreas social e ambiental. (do Estadão Conteúdo)



PRIORIDADE. Habitação, com R\$ 32 bilhões, será o segmento com maior consumo em 2023

Grande ABC perde R\$ 9,9 bi em potencial de consumo em 10 anos

A cada R\$ 100 que serão gastos no Brasil neste ano, R\$ 1,72 ficarão nas sete cidades; em 2013, era R\$ 1,87, o que representa redução de 7,8%

NILTON VALENTIM

niltonvalentim@dgabc.com.br

A cada R\$ 100 que serão gastos no País durante este ano, R\$ 1,72 ficará no Grande ABC. A projeção é feita pela IPC Maps e revela queda de 7,8% no valor em relação a 2013, dez anos atrás, quando este número era de R\$ 1,87. Uma coisa, entretanto, permaneceu inalterada: se a região fosse um único município, seria a quarta no ranking nacional dos maiores potenciais de consumo – atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

“Em 2013 a participação do Grande ABC no cenário brasileiro era de 1,87211%; em 2023 será de 1,72558%, o que representou perda de R\$ 9,9 bilhões no bolso da população da região”, afirma Marcos Pazzini, responsável pelo IPC Maps. Ele estima para esse ano total de R\$ 115,8 bilhões de consumo total nas sete cidades.

CENTROS PÚBLICOS

Região oferece 278 vagas de emprego

Grande ABC conta também com oportunidades de estágio e alocações exclusivas para PCDs

As sete cidades do Grande ABC totalizaram 278 vagas de emprego para esta semana, entre elas oportunidades de estágio, e alocações voltadas para PCDs (Pessoas com Deficiência).

O CPETR (Centro Público de Trabalho e Renda) de Santo André anunciou que 106 oportunidades estão sendo disponibilizadas na cidade, como as de costureira de maquinas industriais (37), cozinheiro (seis) e padeiro (seis)

O empresa Diadema oferece aos munícipes 79 vagas nesta semana, dentre elas operador de caixa (20), repositor (15), e ainda sete aloca-

ções exclusivas para PCDs na área de limpeza, e uma oportunidade de estágio em engenharia civil.

Em Mauá, o CPETR do município tem 65 oportunidades de trabalho, como consultor de vendas, controlador de acesso, auxiliar de manutenção predial, vendedor e jardineiro.

O PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) de Ribeirão Pires divulgou 28 vagas, entre elas de auxiliar de produção (dez), motorista entregador(duas), operador de caldeira (duas) e ainda de repositor de mercadorias, essa sendo exclusiva para PCD.

da Redação



RECOLOCAÇÃO. Postos públicos da região oferecem várias vagas

Cotações do Dólar – (R\$/US\$)				
16/6	Comercial		Turismo	
	Compra	Venda	Compra	Venda
	4,8191	4,8196	4,93001	5,0160
Fonte: Estado Conteúdo				
Bolsa de Valores				
Mercados	Fechamento			Variação
	16/Jun/23			
Ibovespa	118.758,42			-0,39%
Dow Jones/NY	34.299,12			-0,32%
Nasdaq	13.689,57			-0,68%
S&P Merval	409.416,50			+4,49%
Fontes: Estado Conteúdo e Bolsas de valores				

B, respectivamente queda de 32,6% (de 56.945 para 38.355) e 26,5% (de 370.720 para 272.306) entre 2013 e 2023. Este processo é conhecido como migração social negativa e é o que influenciou a perda de potencial de consumo do Grande ABC entre 2013 e 2023”, afirma Pazzini. Nesta década, a classe C cresceu 25,6% (de 369.174 para 488.706) e as que se enquadraram na D e E, 144,6% (de 71.100 para 173.931).

Entre 2013 e 2023, a região ganhou 137.668 empresas, sendo 109.395 no setor de serviços. A indústria contribuiu com 25.473 unidades e o comércio com 2.715. As 85 restantes são do segmento do agribusiness. “Na análise de quantidade de empresas, o desempenho do Grande ABC segue o padrão do Brasil, com aumento na quantidade de estabelecimentos dos setores de indústria, serviços, agribusiness e comércio”, afirma Pazzini.

Nos últimos dez anos a população das sete cidades cresceu 6,5%, passando de um contingente de 2.684.066 pessoas para 2.857.288.

O estudo do IPC Maps chama atenção para o aumento de 22,5% na frota da região. No período, as cidades ganharam 356.636 veículos, passando de 1.586.647 em 2013 para 1.943.283. “Este crescimento maior da frota pode ser explicado pelo aumento dos serviços de delivery, que tiveram uma forte demanda durante e após a pandemia de 2020, além do aumento da oferta de serviços de transporte por aplicativo”, aponta Pazzini.

ONDE VAI O DINHEIRO

Na distribuição por classes sociais, a A e B – que representam 31,9% dos 973.298 lares da região, serão responsáveis por 62,7% de tudo que será gasto na região. Já os segmentos C, D e E, com 68,1% das residências, têm consumo estimado em 37,3%.

Neste ano, a região deverá consumir R\$ 32,083 bilhões com habitação. Esta será a categoria como maior demanda no período, seguida por veículo próprio, com R\$ 12,859 bilhões. Em terceiro aparece alimentação no domicílio, com R\$ 9,454 bilhões, segundo o estudo.